**ANEXO III**

**REQUERIMENTO DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS PERANTE A RFB**

**EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**Requerente:**

**Nome/Razão Social**:

**CNPJ:**

**Representante legal/procurador** (preencher se necessário)**:**

**Nome**: **Nº CPF**:

**Contato:**

**Telefone:** (\_\_) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **Nome:**

**Nº da ação judicial do processo de recuperação judicial:**

**Ação Judicial nº:** \_

**REQUERIMENTO**

O sujeito passivo acima identificado, atualmente em situação de recuperação judicial, requer, perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), o **parcelamento**, nos termos dos arts. 10-A e 10-B da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, **dos débitos discriminados no processo abaixo identificado e ratifica, neste ato, todos os parâmetros de cálculo informados no processo para formalização do parcelamento**, o qual contém detalhamento e especificação dos processos/débitos, dos parcelamentos ativos e dos processos em discussão (administrativa ou judicial) que serão inclusos.

**Processo contendo simulação, discriminativo dos débitos e parâmetros do parcelamento:**

Processo nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

**Tipo de débito: Quantidade de parcelas** [marcar máximo ou discriminar. Ex: 36 (trinta e seis)]

Débitos previdenciários recolhidos em Darf ( ) Máximo \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_).

Débitos previdenciários recolhidos em GPS ( ) Máximo \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_).

Demais débitos recolhidos em Darf ( ) Máximo \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_).

Débitos retidos recolhidos em Darf ( ) Máximo \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_).

Débitos retidos recolhidos em GPS ( ) Máximo \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_).

\* Base legal: Instrução Normativa RFB nº 2.063, de 27 de janeiro de 2022.

Assinatura: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Quem pode assinar**: responsável legal pela empresa ou seu representante legal com poderes especiais, nos termos da lei. Caso o juiz tenha afastado o responsável ou o(s) administrador(es) da pessoa jurídica por ocasião do deferimento da recuperação judicial, os documentos serão assinados pelo gestor judicial, que assumirá a administração das atividades do devedor, ou pelo administrador judicial, caso a assembleia geral de credores ainda não tenha deliberado pela escolha do gestor (arts. 64 e 65 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005).

**DÉBITOS EXIGÍVEIS**

( ) **NÃO solicita** a inclusão dos débitos discriminados no processo de simulação no presente pedido de parcelamento de empresas em recuperação judicial, e está ciente de que a falta de regularização dos débitos implica indeferimento do pedido de parcelamento.

( ) **Solicita INCLUSÃO** de TODOS os processos/débitos exigíveis, conforme situação constante no processo de simulação.

**parcelamentos ativos**

( ) **Solicita que os parcelamentos discriminados** no processo de simulação no presente pedido de parcelamento de empresas em recuperação judicial **sejam MANTIDOS**. Solicita, ainda, a **DESISTÊNCIA dos parcelamentos ativos não listados** e a INCLUSÃO do saldo devedor no parcelamento de empresas em recuperação judicial

( ) **Solicita DESISTÊNCIA** de **TODOS** os parcelamentos atualmente ativos **e INCLUSÃO** do saldo devedor no parcelamento de empresas em recuperação judicial.

**PROCESSOS EM DISCUSSÃO ADMINISTRATIVA**

( ) **NÃO solicita** a inclusão de processos em discussão administrativa.

( ) **Solicita a DESISTÊNCIA** dos processos/débitos objeto de impugnação ou recurso administrativo, expressamente discriminados no processo de simulação, **e a INCLUSÃO** destes no presente parcelamento, bem como **RENUNCIA** a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundamenta a referida impugnação ou recurso.

**PROCESSOS EM DISCUSSÃO judicial**

( ) **Não solicita** a inclusão de processos em discussão judicial.

( ) **Solicita a INCLUSÃO**, neste parcelamento, dos processos/débitos em discussão judicial, expressamente discriminados no processo de simulação, bem como anexa a este requerimento o comprovante da petição de desistência, devidamente protocolada no processo judicial.

**UTILIZAÇÃO DE CRÉdITOS PRÓPRIOS**

( ) **Não solicita** a utilização de créditos próprios no parcelamento.

( ) Solicita que os créditos próprios decorrentes dos montantes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL ou outros créditos próprios relativos a tributos administrados pela RFB abaixo informados sejam utilizados no Parcelamento para Empresas em Recuperação Judicial:

|  |  |
| --- | --- |
| **Tipo de débito** | **Prejuízo Fiscal (PF) e/ou Base de Cálculo Negativa da CSLL (BCN)** |
| **(A) Valor do montante solicitado** | **(B) Percentual** | **Valor do crédito correspondente (C = A x B)** |
| Débitos previdenciários(recolhidos em GPS) | PF |  |  |  |
| BCN |  |  |  |
| Débitos previdenciários(recolhidos em Darf) | PF |  |  |  |
| BCN |  |  |  |
| Demais débitos(recolhidos em Darf)  | PF |  |  |  |
| BCN |  |  |  |

Assinatura: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

|  |  |
| --- | --- |
| **Tipo de débito** | **Demais créditos (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso - PER/DCOMP)** |
| **Nº do PER/DCOMP utilizado** | **Crédito solicitado - R$****(atualizado para a data do pedido de parcelamento)** |
| Débitos previdenciários(recolhidos em GPS) |  |  |
| Débitos previdenciários(recolhidos em Darf) |  |  |
| Demais débitos(recolhidos em Darf) |  |  |

Declara que os montantes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL indicados não foram utilizados na compensação com a base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) ou da CSLL, nem com outras modalidades de parcelamento ou pagamento à vista, bem como foi providenciada a respectiva baixa dos montantes solicitados na escrituração fiscal.

**Termo de ACORDO e ciência**

Declara, ainda, estar e ciente e de acordo com relação às seguintes condições:

* deverá apresentar o **pagamento da 1ª (primeira) parcela** juntamente a este pedido, sob pena de indeferimento do parcelamento;
* todas as **comunicações e notificações** relacionadas ao serviço serão enviadas por meio do **Portal e-CAC**, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/receitafederal>, em

*>> Caixa Postal* ou

*>> Processos Digitais (e-Processo) >> Comunicados e Intimações*

* deverá acessar periodicamente o **Portal e-CAC para acompanhamento** da situação do parcelamento;
* o presente requerimento de parcelamento importa em confissão irretratável da dívida e configura confissão extrajudicial, nos termos dos arts. 389, 394 e 395 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código do Processo Civil; e
* o parcelamento **será rescindido** na hipótese de **falta de pagamento** de 6 (seis) parcelas consecutivas ou de 9 (nove) parcelas alternadas; ou de até 5 (cinco) parcelas, caso todas as demais estejam pagas ou a última prestação do parcelamento esteja vencida; ou nas demais hipóteses previstas no § 4º do art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 2.063, de 27 de janeiro de 2022.

Assinatura: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Termo de COMPROMISSO**

O sujeito passivo acima identificado firma este Termo para fins de adesão ao parcelamento instituído pela Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, por meio do qual assume o COMPROMISSO, durante a vigência do parcelamento, de:

I - fornecer à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) informações bancárias, inclusive sobre extratos de fundos ou aplicações financeiras e sobre eventual comprometimento de recebíveis e demais ativos futuros;

II - amortizar o saldo devedor deste parcelamento com percentual do produto de cada alienação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante realizada durante o período de vigência do plano de recuperação judicial;

III - manter a regularidade fiscal; e

IV - cumprir regularmente as obrigações para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Local e Data: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome de quem assina: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_